

inventá- r i o s

dossiê da memória arquitetônica
de Bom Jesus da Lapa

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA
CULTURA





inventá-
ríos

dossiê da memória arquitetônica
de Bom Jesus da Lapa

V. 1, 2024

Inventá-RIOS: Dossiê da Memória Arquitetônica de Bom Jesus da Lapa

A organização e publicação da revista “Inventá-RIOS: Dossiê da Memória Arquitetônica de Bom Jesus da Lapa”, foi contemplada pelos recursos da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), implementada pela Secretaria de Cultura e Turismo de Bom Jesus da Lapa.

Produção: Arrudeio Criações

projetoarrudeio@gmail.com

Secretaria de Cultura
e Turismo



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

arrudeio.
criações

v. 1, 2024



Organizadoras da obra

Carla Mariani
Chris Mariani

Projeto Editorial

Carla Mariani

Produção

Édvin Marlei

Direção criativa e diagramação

Chris Mariani

Revisão e normatização

Carla Mariani

Autores, Artistas e Pesquisadores

Ádma Bernardino
Alicia Purificação
Amanda Jardim S. Rezende
Carla Mariani
Chris Mariani
Deo Araújo
Édvin Marlei
Fabio Medeiros
Geângelo de Matos Rosa
Isaque Alves Leão
Paulo Henrique Costa Silva
Sara Mota da Silva

Agradecimentos

Bruno Fogaça
Gildon Lopes
João Célio Fogaça
Luís Felipe Mariani
Glória Neves Mariani
Maria Pereira de Araújo

Sumário

Editorial

O direito à memória como
fabulação de uma cidade
Carla Mariani e Chris Mariani 10

Manifesto

A cidade e o rio
Carla Mariani, Chris Mariani e Édvin Marlei 14

Ensaios

Minha Rua – Entre a Memória da Infância
como Constitutiva da Edificação Patrimonial
e a Dinâmica (Des) Constitutiva da Vida
Por Ádma Bernardino Magalhães 21

Casa, Cidade e Memória: Inventário das
fachadas esquecidas
Por Carla Mariani 25

Perspectivas
Por Fabio Medeiros 29

Senhora Casinha
Por Édvin Marlei 33

A cheia, a Barrinha e suas imagens sobreviventes
Por Chris Mariani 35

Janelas
Por Deo Araújo 39

beira de cais
Por Chris Mariani 42

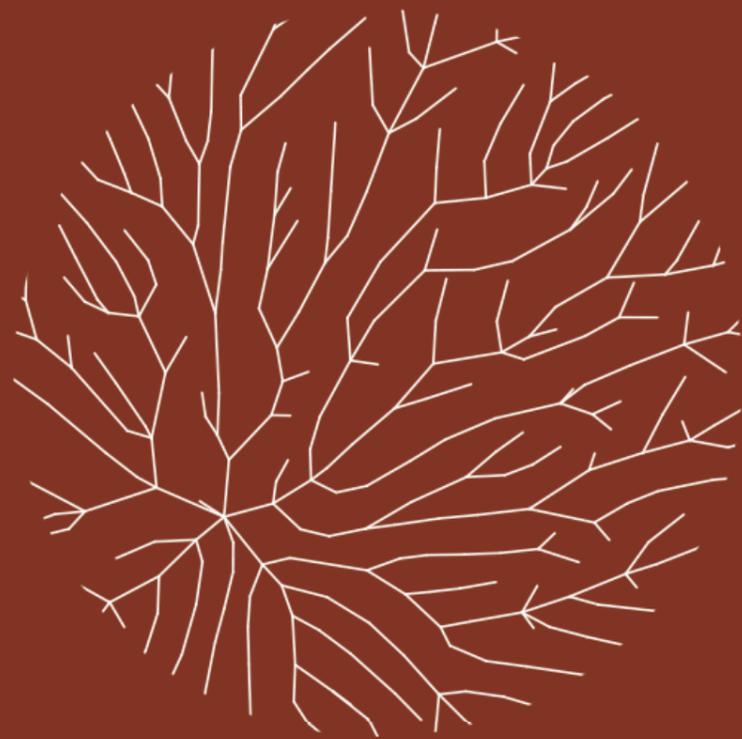
Entender, reconhecer, descobrir e valorizar: uma
proposta de documentação patrimonial para o
antigo Abrigo dos Pobres em Bom Jesus da Lapa
Por Alícia Purificação 46

*Memória, Patrimônio Histórico de Bom Jesus da
Lapa e Implicações na construção da identidade
local: Diálogos com estudantes do Ensino Médio*
*Por Geângelo de Matos Rosa; Amanda Jardim S.
Rezende; Paulo Henrique Costa Silva; Sara Mota da
Silva; Isaque Alves Leão (IFBaiano/Campus Bom Jesus
da Lapa)* 51

Entrevistas

A Associação Atlética Banco da Praça e os usos
comuns da cidade
Com Gildon Lopes 59

“Se você não fez, você não vai desmanchar”: Das
chegadas às ameaças de sumiço
Com Maria Araújo 63



Editorial:
o direito à memória como
fabulação de uma cidade

por Carla Mariani e Chris Mariani

A revista Inventá-RIOS inicia seus arruéis pela cidade com o Dossiê da Memória Arquitetônica de Bom Jesus da Lapa. Entendemos arquitetura como o conjunto de elementos que constituem a paisagem construída, feita e refeita nos tempos e cotidianos da cidade e que, combinadas ao meio ambiente natural, tecem histórias do lugar.

Nesse sentido, o rio é margem e meio para perceber a cidade. Navegar pelo passado não é um simples registro daquilo que já não alcançamos com as vistas, é um mergulho na fabulação viva. O direito à memória é também o direito à invenção. A cada invenção da memória, resgatamos, recriamos e projetamos novos alinhavos entre a cidade e o rio, de modo que seja possível, inclusive, fantasiar uma cidade outra, uma cidade de frente para o rio, como fabula o nosso manifesto.

Assim como o rio e a memória reinventam a cidade, a rua também se apresenta como um espaço de criação e vivência. É na relação entre as memórias de infância e a rua que os textos de Ádma Bernardino e de Fábio Medeiros se encontram. Ádma explora as transformações da Rua Pe. Deocleciano Pereira, analisando como o patrimônio pode exercer a função de suporte do vivido, enquanto Fábio, em Perspectivas, narra as imaginações despertadas pela curiosidade em torno de uma edificação que, apesar de habitual, parece estranha aos olhos de quem passa na Avenida Agenor Magalhães.

Por meio do dueto de poesia e texto ensaístico, Chris Mariani propõe um passeio entre a beira do cais e a barrinha. No primeiro ato, conjuga memórias afetivas com o espaço de uma saudade. Ao atravessar o rio, no segundo ato, percebendo a cidade a partir da margem esquerda, reflete sobre como as imagens de um lugar sobrevivem, produzindo revivências pelo cinema, pelas fotografias de família e pelos arquivos.

Além da pesquisa e da arte, a extensão universitária desempenha um papel essencial na construção de espaços de memória e na reafirmação da identidade local. A ação no território, por meio da troca entre professores e estudantes do IFBaiano com a Escola Edivaldo Boaventura, é o ponto central do relato de experiência escrito coletivamente por Geângelo Matos, Amanda Jardim, Paulo Henrique Costa, Sara Mota e Isaque Alves.

Foi a curiosidade por arquivos fotográficos sobre a cidade que nos conduziu ao encontro com Gildon Lopes. No rico Acervo de Fabio Xurica, publicado em seu perfil do Facebook, descobrimos a carteirinha de associado da Associação Atlético Banco da Praça, em que constava a assinatura de Gildon como gerente.

Mais tarde, descobrimos que tais funções faziam parte do espírito de brincadeira que circulava entre os meninos do banco, como nos contará nosso entrevistado.

Continuando as andanças pela cidade, chegamos à casa de Dona Maria Pereira, moradora da Rua da Avenida há 59 anos. A conversa rendeu um rico registro sobre histórias de vida, trazendo à tona memórias pessoais e coletivas, além de reflexões sobre as preocupações com os projetos de desapropriação que rondam a rua.

A cidade é, indubitavelmente, um território da memória. Viver a cidade desperta memórias, e esta experiência sensível aguça a criação de imagens. Do fotografar cotidiano ao registro por meio de artifícios digitais, a revista reúne quatro ensaios visuais.

Refletindo sobre as mudanças temporais das fachadas de casas, Carla Mariani direciona o olhar para os lampejos de passado espalhados nas ruas e experimenta modos de registrar a memória edificada da cidade, diante da teimosia de fazer permanecer, para permitir que continue existindo o que intentaram transformar em lembrança. Em outro ensaio, este muito mais familiar, Édvin Marlei faz uma homenagem a suas recordações, com foco na casa que passava dias de sua infância e que sobrevive em meio aos ideais de progresso (e concreto) da cidade.

A fotografia, por sinal, faz nosso olhar se convergir para o centro, ao passo que nos faz refletir sobre o que está posto afora. Esta é a força que inspira o ensaio de Déo Araújo: o agrupamento de fotografias de detalhes, de edificações à primeira vista banais, faz despertar o que está para além, o que constituem aqueles pequenos fragmentos de imagem. Por outro lado, os ensaios visuais não se findam no exercício da fotografia. Alícia Purificação utiliza do artifício do digital para registrar e documentar uma edificação que foi constituinte para a história da cidade. A partir de técnicas da arquitetura, propõe maneiras de lidar com a preservação do patrimônio e da memória urbana.

A revista foi feita por gente rueira, “que pensa que a rua é a parte principal da cidade”. E é a partir dessa miscelânea de vozes e olhares que a revista Inventá-RIOS inicia seu percurso, tecendo memórias que não apenas documentam a cidade, mas também constroem novas formas de perceber a cidade. A revista é um modo de resistir aos apagamentos e de reivindicar pelo direito à memória urbana. Que cada página seja uma travessia alimentada pelo desejo de lembrar, reinventar e sonhar uma cidade com passado, presente e futuro.

Manifesto:
a cidade e o rio

*por Carla Mariani, Chris Mariani e
Édvin Marlei*





Fotos de acervo pessoal.

Imagine um bom dia, ao frescor dos ventos que fluem as correntezas, ou o sol se pondo ao horizonte, marcando a hora para descansar, encerrar as atividades diárias e apreciar as belezas das árvores ainda lá segurando as margens com suas raízes profundas. Belezas que se modificam a partir das luzes do dia e da noite, das estações. Uma cidade contornada pela paisagem viva de um rio que conta histórias, guarda mistérios e cismas. A poucos metros dali, à margem, uma cidade de frente para tais belezas. De frente para o rio.

De frente para o rio, há casas, um passeio que corta as ruas a meio, uma larga calçada e uma balaustrada. A alguns metros, uma igreja. Em frente à igreja, uma praça. No centro da praça, um coreto. Adolescentes sentam-se à sombra de copas robustas, senhores indagam uns aos outros, crianças inventam estripulias. Assim, somam-se tempos.

E de tempo em tempo, as cores, o pavimento, as músicas dos domingos e os cortes de cabelo mudam. Os eventos do entorno e o nome da lanchonete da esquina também. As crianças crescem. O interior se alarga e povoa. A cidade de frente para o rio permanece.

A paisagem não é mero retrato. A fotografia não é traço de sonho. O rio é perene, e sua vista defronte é a ordinária de todo beiradeiro.

Que ideia sem cabimento seria construir uma cidade de costas para a imensidão do Rio São Francisco. Seria como negar lugar aos encantados das águas. Como se a opacidade do concreto fosse capaz de barrar a memória das ruas que, vez ou outra, são afogadas pelo rio. A valência é que é chegado o tempo em que o rio não é apenas o contorno da cidade, pois suas margens são ocupadas pela vida urbana com suas andanças, festas e encontros.

O rio que foi caminho para as cheganças de nascença da cidade é teimoso. Entre secas e chuvas, desafia as ignoranças daqueles que tentam te dar as costas e permanece valente. A cidade que sonhamos é uma cidade onde o rio ocupa seu devido lugar: no centro de nossa imaginação, de nossa memória e de nossas vidas cotidianas.¹

¹ *Ignoranças*: Termo inspirado na obra do poeta Manoel de Barros, que frequentemente subverte e reinventa a linguagem para revelar as potências do que é considerado insignificante ou ignorado. Na perspectiva de Barros, as “ignoranças” são formas legítimas de conhecimento, muitas vezes mais poéticas e intuitivas do que as científicas.



Ensaaios



Minha rua -

entre a memória da infância
como constitutiva da edificação
patrimonial e a dinâmica
(des) constitutiva da vida

*por Ádma Bernardino Magalhães
(Projeto Educação Patrimonial:
Mapeando acervos históricos e culturais
de Bom Jesus da Lapa - UNEB)*

As ruas da cidade

[...] Andando pelas ruas da Almirante Berutti, era possível encontrar pés de São João, Algarobas, que ora o vento punha no chão. Também se viam Jenipapo, Tamarindeira, Amendoeira, Jatobá, Tamboril. Árvores que para além de dar nomes às ruas e atrair paus e pedras dos meninos à procura dos frutos, serviam de mapa, guia e rota da cidade. As casas das ruas da cidade ligavam uma rua a outra, ligavam os vizinhos entre si, ligavam as calçadas. As calçadas eram lugares de prosa. No batente, assentadas no chão, nas cadeiras de Januária que toda casa tinha.

Os poucos aparelhos de TV das casas da minha rua eram comunitários, na hora do futebol ou das novelas. Juntavam gente dentro e fora das casas, para ver tv colorida, às vezes, por uma tela de acrílico em cores, que recobria a tela dos aparelhos que só exibiam em preto e branco... Era assim que a vida da gente de minha rua se coloria um pouco, na hora de ver o “ópio do povo”.

Ádma Bernardino Magalhães, Salvador, maio 2024.

O texto da epígrafe descreve um pouco do que é possível pensar em termos do estabelecimento de funções de definição de patrimônio das cidades. Mais que isso, apresenta uma referência temporal afetiva, ao mesmo tempo em que anuncia o que já não existe, prenuncia o dinamismo e as alterações sobre como a cidade de Bom Jesus da Lapa e a Rua Padre Deocleciano, primeira rua da cidade, que foram sendo ressignificadas para constituir novo tempo.

As cidades tombadas assinalavam o momento de construção da brasilidade como forma de ser, viver e construir, e funcionavam, ainda, como testemunhos vivos desse momento, destinados a propiciar aos cidadãos brasileiros o entendimento da formação da sua própria cultura, arte e história. Os valores estéticos, cognitivos e históricos atribuídos a elas foram sintetizados na expressão “cidade-monumento” [...] (Sant’anna, 2017, p. 140).

Márcia Sant’Anna (1997, p. 153) descreve em seu texto *A Cidade-Patrimônio no Brasil: Lições do Passado e Desafios Contemporâneos sobre a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1937 e o pioneirismo na gestão do patrimônio edificado das cidades, bem como alguns fatores que possibilitaram a consolidação da prática institucional de preservação de sítios urbanos no Brasil entre os anos 1937-1960*.

Como descrito por Sant’Anna, a patrimonialização também funciona para construir uma identidade e definir valores estéticos, cognitivos e históricos, que, somados, definiriam também a necessidade de preservar e manter viva essa monumentalidade. A autora também aponta que fatores como o nacionalismo e a modernidade atuaram de modo antagônico na definição sobre a quem caberia deliberar sobre processos de tombamento.



Figura 1: Rua Pe. Deocleciano Pereira, Centro de Bom Jesus da Lapa (1992). Acervo familiar da autora

Em princípio, a responsabilidade recairia para os municípios, mas houve, por parte de prefeituras, muita resistência, já que, entre os anos 30 a 60 o século XX, apesar do apelo nacionalista e justamente esse movimento ser favorável a patrimonialização das cidades e centros urbanos, a ideia de modernização dos espaços urbanos, que paralelamente acontecia nesse mesmo período, seduzia com mais força tanto as prefeituras quanto seus cidadãos.

A própria ideia de preservação das tradições e do patrimônio como um sentido macro de singularização vai perdendo fôlego na medida em que uma nação forte assume um caráter, uma identidade diretamente associada à capacidade de estar análoga aos centros urbanos, favorecendo a circulação de veículos e a velocidade cotidiana imposta pelas grandes cidades.

Fonseca (1997), em “O patrimônio em Processo”, caracteriza o movimento modernista no Brasil e argumenta que, embora pareça contraditória, a visão modernista brasileira que reivindica uma singularidade baseada na “tradição”, difere do modernismo europeu, que visava romper em definitivo com tudo que parecesse antigo, enquanto referenciais nacionalistas, principalmente nas artes. O modernismo vai reivindicar um lugar para as culturas dos grupos tradicionais indígenas e dos afro-brasileiros, que tiveram negadas suas identidades artística, histórica e cultural pelo processo de colonização.

Ao contextualizar neste debate a cidade baiana de Bom Jesus da Lapa, situada à margem direita do Rio São Francisco, no oeste do estado da Bahia, com população estimada de 68.704 pessoas (IBGE, 2024), importante polo do turismo religioso e sede da terceira maior romaria do Brasil, só na primeira década dos anos 2000, a cidade apresentou um debate institucional sobre ações de patrimonialização de sua edificação, localizadas principalmente no tombamento, restauro e/ou preservação, em órgãos públicos como a antiga delegacia, situada na Praça do Livro (hoje Biblioteca Pública e que também abriga a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo), e o prédio do antigo Mercado Municipal, situado no centro da cidade.

Como parte desse processo de patrimonialização, uma fração do acervo imaterial, a saber: a Romaria do Bom Jesus, Festa do Divino Espírito Santo, Movimento da Marujada da Chegança, entre outros, também esteve em pauta para processos de reconhecimento e posterior tombamento.

A Rua do Coité, como é conhecida pelos moradores a Rua Padre Deocleciano, de onde falo e onde vivi parte da vida, reflete, nos dias atuais, uma cidade com urbanidade reinventada, desconsiderando formas que garantam a referencialidade de um passado/memória, em convivência com perspectivas dinâmicas do futuro. Como é possível identificar nas figuras 2 e 3, percebe-se o apagamento de um tipo de vida e constituição da urbanidade, em que o espaço da prosa, do brincar das crianças e da relação entre vizinhos segue sendo massificado, com formas arquitetônicas padronizando modelos de hospedagem e descaracterizando singularidades.

A rua, aos poucos, vai sendo moldada com prédios cada vez mais altos; as residências dão espaços aos hotéis, e quase já não há mais tempo de calma entre uma romaria e outra; segue-se o ritmo frenético de visitantes curiosos pela cidade de pedra e luz, divulgada pelas TVs e pela rede de internet. As casas pequenas, antigas rancharias, dão lugar aos hotéis equipados com elevadores e toda estrutura que atende às normas do turismo global.



Figuras 2 e 3: Rua Pe. Deocleciano Pereira, Centro de Bom Jesus da Lapa (2024). Acervo da pesquisa. Autoria: Carla Seixas.

A memória da cidade ficou para trás; impõe-se uma vida para além do modo de subsistência, que ignora a possibilidade de inter-relação dos cidadãos entre si e até com os visitantes. Assim, Bom Jesus da Lapa se modifica para abrigar estacionamentos e locais de embarque e desembarque. As árvores do semiárido perdem espaço para palmeiras imperiais. Para onde caminha o sentido de patrimônio nesta cidade? Esse nos faz falta? Que outras maneiras temos de abrigar passado, presente e futuro possíveis em coexistência?

REFERÊNCIAS

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Bom Jesus da Lapa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/bom-jesus-da-lapa/panorama>. Acesso em: 08 set. 2024.

SANT'ANNA, Marcia. A Cidade-Patrimônio no Brasil: Lições do Passado e Desafios Contemporâneos. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, 2017, p. 139-154.

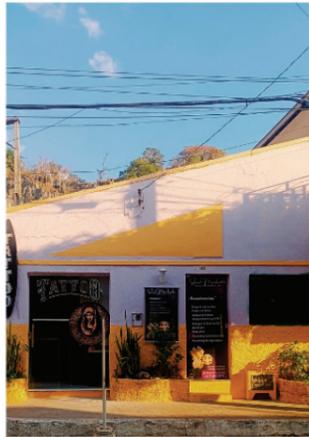
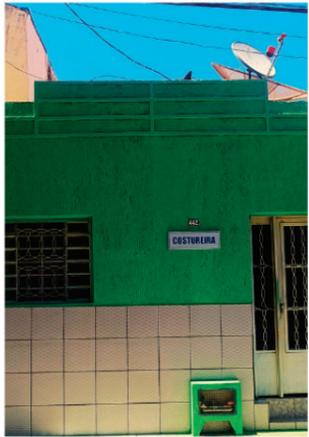
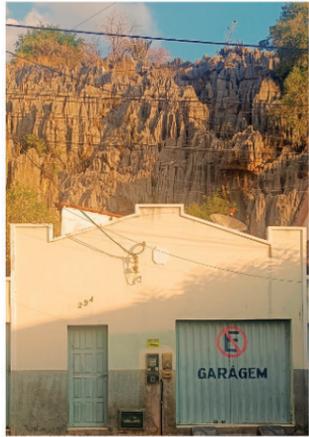
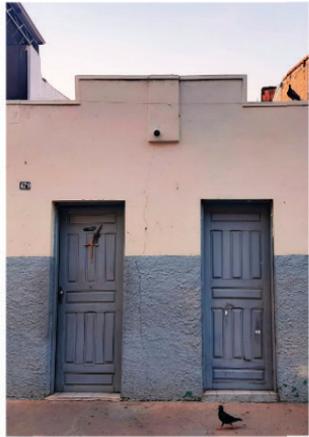
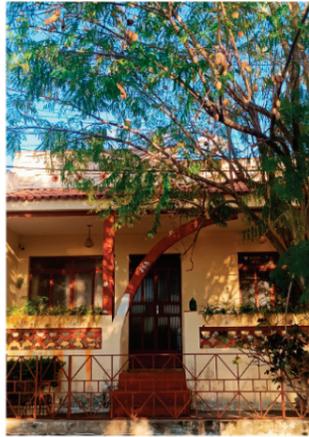
WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Arquitetura do Brasil**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Arquitetura_do_Brasil&oldid=65745740. Acesso em: 24 abr. 2023.

Casa, Cidade e Memória:

inventário das fachadas esquecidas

por Carla Mariani

Partindo da compreensão de que as cidades são edificadas pelo conjunto de elementos materiais e imateriais, este ensaio fotográfico direciona o olhar para as fachadas de casas - e seus detalhes - que preservam características de outros tempos, provocando a reflexão sobre a relação entre a arquitetura e a memória urbana coletiva. O trabalho privilegia as arquiteturas do morar, por compreender que a construção de uma casa representa um modo singular de participação nas cidades. Além do seu aspecto funcional, cada casa abriga histórias de famílias e indivíduos que contribuíram para a constituição dos cotidianos da cidade. Ao inventariar fachadas antigas, a fotografia cumpre com o objetivo de correr contra o tempo do esquecimento, de modo a produzir registros que sobrevivam às transformações da paisagem urbana, garantindo um testemunho da memória coletiva da cidade. Os registros fazem parte de uma cartografia errante pelas ruas do centro de Bom Jesus da Lapa, realizada entre 2021 e 2024, e são um convite a relembrar e reimaginar a cidade a partir dessas fachadas esquecidas.



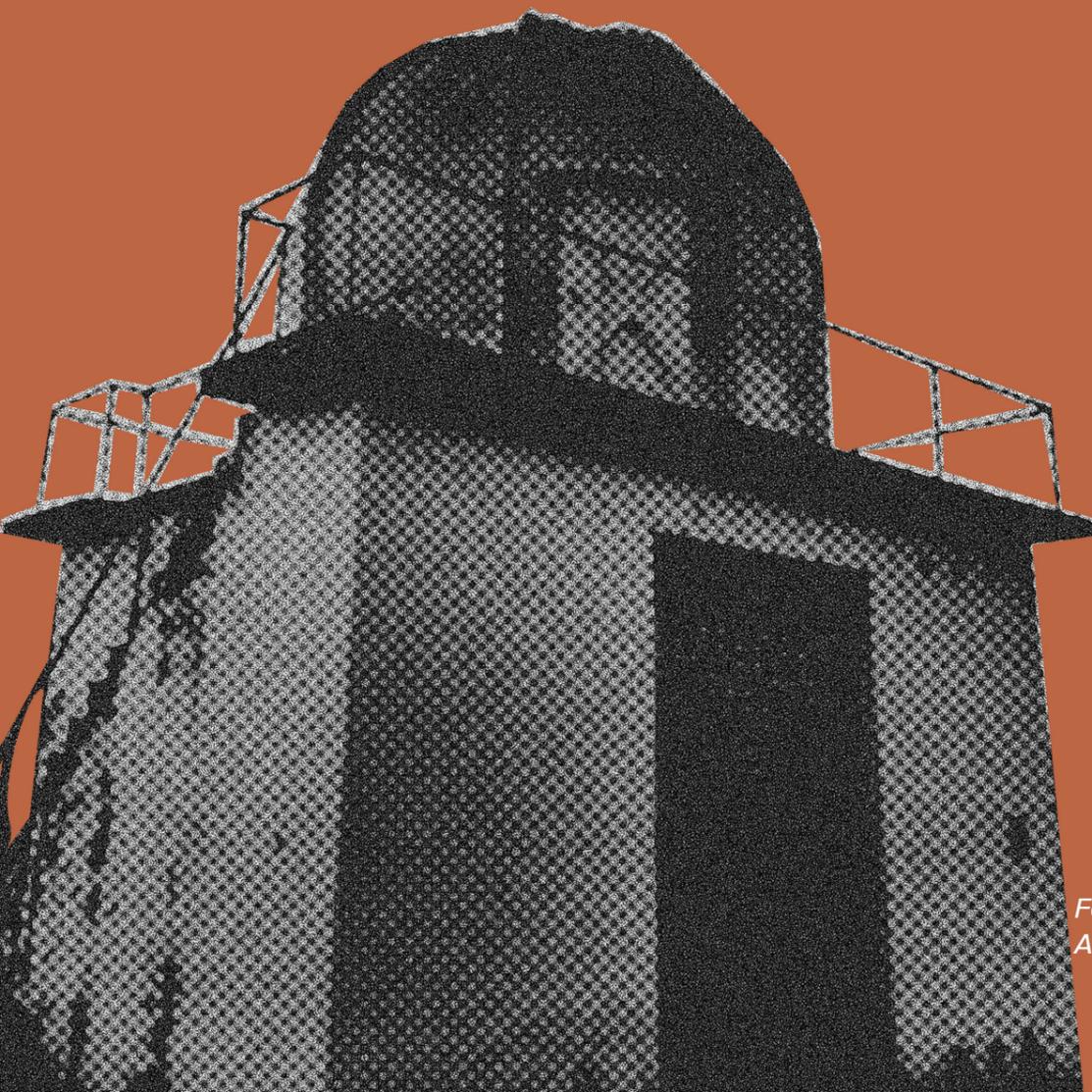
Perspectivas

por Fábio Medeiros

As crianças têm uma visão bem particular do mundo. As ideias mais engraçadas e malucas costumam vir delas. Quem mais poderia achar que dentro de um violão tivesse um motor ou que dentro do rádio existissem homenzinhos cantando e tocando? Ainda guardo algumas percepções enviesadas da infância e algumas coisas que, à época, eram o maior mistério da humanidade.

Quando estudei na Escola Batista, no segundo jardim e alfabetização, entre 1987 e 1989, havia uma funerária ou um depósito de caixões, ou qualquer coisa que o valha, bem perto do colégio. Os meninos mais velhos diziam que havia uma múmia lá. O local parecia estar sempre fechado e a única visão do interior se dava através de uma janela de vidro ondulado, que não era totalmente translúcido e que distorcia as imagens. Na vez em que consegui ir até lá, vi que havia uma múmia mesmo (certamente um boneco de uma múmia do tamanho de um adulto). O pequeno espaço de observação estava bem disputado. Quem primeiro viu sussurrou para os demais, indicando a posição. Tinha que falar baixo para não despertar o monstro. Enquanto todos se empurravam em busca do melhor ângulo, alguém gritou “mexeu!”, e todos saíram correndo, muitos afirmando ter visto a coisa se mexer. E não foi necessariamente uma mentira. Foi só um erro de perspectiva provocado pelo vidro ondulado, que dava a impressão de que o que estava do outro lado se mexia ao menor movimento de cabeça. Claro que a emoção da aventura e a imaginação contribuíram um bocado.

A múmia da Rua Guanabara, no entanto, não foi o caso mais misterioso da minha infância. O maior mistério acontecia a céu aberto, a cada vez que eu passava por certo trecho da Avenida Agenor Magalhães. Bastava passar ali para sentir toda a curiosidade do mundo se apossar de mim. Para os adultos, o local misterioso era apenas a SUDENE, e o nome parecia bastar. Quando as perguntas iam além do “o que é isso?”, diziam que aqueles aparelhos eram utilizados para fazer a previsão do tempo. O interesse maior era pela edificação de cúpula abobadada. Era impossível não encará-la. Não fosse pelo topo, seria apenas mais uma construção comum. Mas tinha essa abóboda de material desconhecido (hoje me parece algum tipo de fibra), com aspecto de nave espacial. Também diziam que lá soltava um balão que subia bem alto até se perder de vista. E é claro que eu achava que a própria cúpula fosse o tal balão, que ia lá em cima e



*Foto: Fábio Medeiros
Arte: Chris Mariani*

depois voltava. Mas aí me disseram que não, que a cúpula só guardava o balão. “Mas o que tem lá dentro?” Essa era a pergunta que ninguém sabia me responder. Eu nunca tinha visto o lugar aberto, nem mesmo ninguém lá em cima. E suspeito que pouquíssimas pessoas tenham visto alguma porta escancarada ali. Para os adultos, parecia não haver mistério. Era apenas uma estação meteorológica. Já para as crianças, era tudo um grande encanto para os olhos e um super estímulo para a imaginação.

Talvez o moleque mais invejado pelos admiradores da estação tenha sido Alípio. Ele é filho do servidor responsável pela unidade, tendo morado numa casa ao lado. Felizmente, não o conheci na época de maior curiosidade. Ser amigo do filho do chefe não garantiu a ninguém acesso ou explicações sobre a curiosa construção. O que Alípio fez foi aumentar o mistério que a imagem por si só já trazia. Ele costumava dizer, para quem quisesse ouvir, que a cúpula era uma espaçonave, que seu pai a pilotava só à noite e que, por isso, ninguém via. Também falou que, embora parecesse pequena por fora, por dentro, era uma instalação gigantesca. E é claro que todo mundo acreditava. Como duvidar? Para quem cresceu vendo a nave da Xuxa todos os dias de manhã, não tinha como duvidar. Havia semelhanças entre o veículo da então rainha dos baixinhos e o prédio da SUDENE. Além disso, havia as cavidades laterais com a boca voltada para baixo. Como não ter imaginado que dali saíam poderosos jatos de ar para impulsionar a nave para cima? Em relação ao tamanho interno descrito por Alípio, o desenho do Snoop respondia satisfatoriamente. Quem já assistiu ao desenho sabe que, pelo lado de fora, a casa tinha o mesmo comprimento do personagem, que sempre se deitava no telhado. Já pelo lado de dentro, era um imenso laboratório. A verdade é que, diante de uma imagem enigmática, com pouca idade e com as referências da tevê, todo mundo acabava acreditando mesmo nas histórias do filho do chefe da SUDENE.

Num dia, eu, já grande o suficiente para saber que não havia espaçonave na estação, finalmente vi um balão meteorológico subindo. E como subia rápido. E não subia sozinho. O artefato levava um aparelho prateado pendurado, que balançava de forma violenta. Naquele momento, eu já sabia que o balão era o transporte e que aparelho faria as medições. Não fui o único a esquecer da vida enquanto observava o balão desaparecer nas alturas. E apesar de não

ser mais criança, acho que devia ter por volta dos 17 anos, eu não tinha todas as respostas. Segui o caminho de casa me perguntando o que aconteceria depois que os raios do Sol estourasse o balão. “O aparelho desceria num pequeno paraquedas ou despencaria em queda livre? Será que algum já atingiu a cabeça de alguém ou algum telhado? Será que alguém já tinha encontrado algum aparelho perdido por aí?”

Não sei com que olhar as crianças de hoje olham para a estação meteorológica. Com o estímulo visual de tablets, smartphones e congêneres, é possível que a construção já não produza os mesmos efeitos de outrora. Sem a nave da Xuxa e a casa do Snoop, é mais difícil enganar alguém. Sem Internet e sem a SUDENE passando na TV, as informações daquela época vinham do que os olhos viam, das hipóteses de uns, do que outro alegava ter visto e, é claro, das histórias que Alípio contava. Hoje, apesar da ausência dos elementos fantasiosos de antigamente, ainda é possível que o lugar chame a atenção. Quem convive com os pequenos é quem pode dizer.

Antes de finalizar este texto e reafirmar os mistérios da infância, decidi fazer algumas perguntas a Alípio para não passar informações incorretas ou imprecisas a respeito da atual situação da SUDENE. E nesse contato, descobri que a estação tem nova sigla e continua em funcionamento. Agora, o posto faz parte do INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. Não deixei de notar que as duas últimas letras teriam sido bem sugestivas para meus contemporâneos de infância. Alguns passavam ali esperando que algum ET pudesse dar as caras com suas roupas tão estranhas quanto as da Xuxa.

Não sei como é o interior da cúpula da SUDENE, mas posso ter uma ideia de formato, tomando por base o lado de fora. Não sei o que há lá dentro, mas é provável que móveis antigos e aparelhos que já não são mais utilizados. Talvez tenha até algum balão pronto para subir. Claro que isso não tem lá muita graça para quem imaginava espaçonaves e um mundo de extraterrestres. Mas, até que o interior seja revelado, vou imaginar que, ao abrir a porta, encontrarei um painel com mais de mil botões, com um monitor enorme e curvo. E, sentada confortavelmente diante dele, esperando um alinhamento interplanetário para seguir viagem, a múmia da Rua Guanabara.

Senhora Casinha

por Édvin Marlei

Ela tá lá, desde meados de 1930, Senhora Casinha, muitas se foram antes, mas ela continua lá. Acolheu sua dona mais sua família, protegeu da chuva e do sol forte. Com sua estrutura proveu sustento, virou rancharia hospedando os de fora, transeuntes, camelôs, turistas e romeiros fazendo suas romarias. Foi lojinha e até um bar, multifacetada ela.

Tinha uma lapinha, toda enfeitada, lapinha era como chamavam os presépios, ficava logo na sala, da calçada o povo olhava e queria entrar para assuntar mais de perto.

Era um corre-corre de criança, parecia o sangue correndo nas veias, era um “cunverseiro”, um “vuco-vuco” dentro dela, tipo as pulsações de um coração, dizem que casa é isso, igual coração de mãe.

Anos e anos assim, a rua na frente dela era feita de pedras grandes que foram ficando lisas de tanto o povo caminhar em cima delas, tinha gente que escorregava nessas pedras, ela devia até rir desses acontecimentos. Mas daí, acharam por bem enterrar as pedras grandes desse calçamento e passaram asfalto em tudo.

Antes do asfalto já tinha chegado a concretagem e essa moda de subir prédios, verticalizar a cidade, as ruas tomaram outros formatos, Senhora Casinha viu suas vizinhas sendo derrubadas, reformadas, moldadas para atender os caprichos de quem as usou por tanto tempo, sobe uma parede aqui, quebra outra ali, põe janela e porta de vidro que é “tendência” diziam.

Ameaçaram Senhora Casinha, acuaram, tentaram até comprá-la, subiram paredes altas ao redor dela diminuindo suas horas de banho de sol e barrando boa parte das correntes de vento que a atravessavam.

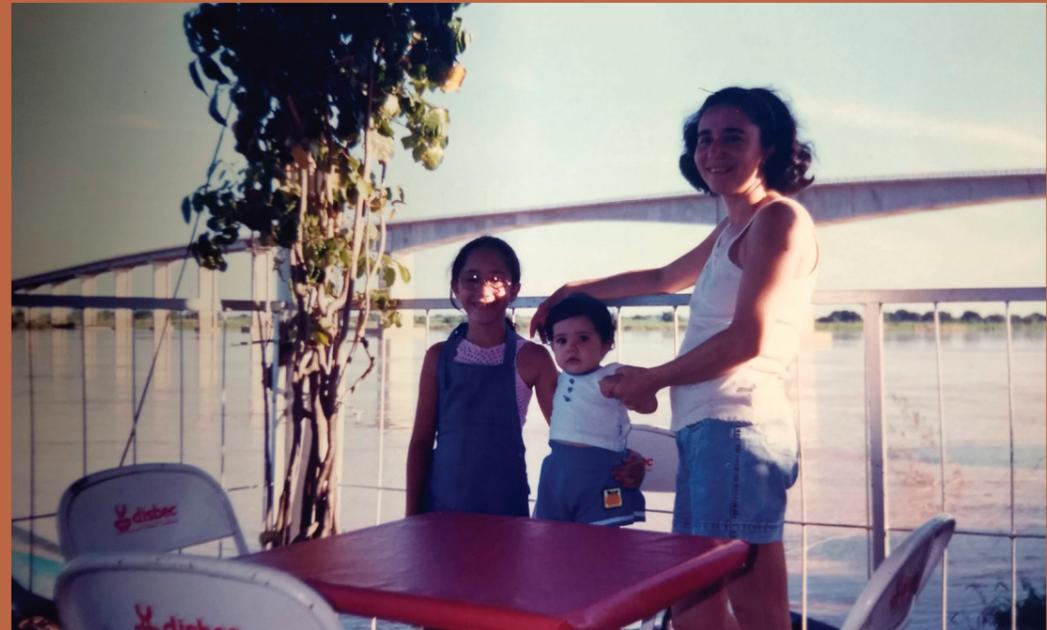
Senhora Casinha não se rendeu; para quem já passou por secas, recessões e quase se afogou em enchente, não se renderia tão fácil assim, ela tá lá, não sucumbiu, as memórias que ela guarda talvez sejam a nutrição que a mantém de pé. Mas a concretagem é insistente, continua chegando cada vez mais perto, as paredes mais altas, cada vez menos sol, menos vento...

Ela tá lá, Senhora Casinha (ainda) continua lá.



A cheia, a Barrinha e suas imagens sobreviventes

por Chris Mariani



Barrinha, 2000. Acervo familiar da autora.

Todo ano o rio sobe, e algo permanece. Das imagens recordadas, está aquela dos fevereiros, dos tempos de chuvas, umbus e feriados, quando visitava a Barrinha, bairro ribeirinho de Bom Jesus da Lapa: havia um rio farto e apenas os telhados à vista. E é assim desde que me entendo por gente.

A Barrinha é um dos endereços mais conhecidos da Lapa. O lugar de bares na beira do rio São Francisco, com uma visão panorâmica do Morro e da ponte, é paisagem frequentemente enquadrada, seja por olhares cotidianos, seja por lentes estrangeiras. Tais imagens criadas seriam, pois, dotadas de sentidos comuns?

O pesquisador alemão Aby Warburg, um pesquisador de imagens, deu origem aos estudos das imagens por sua força indicial, isto é, pelo que representa. Para ele, a visão estetizante da imagem não importava, mas sim, o sentido dela, o que nos desperta e como nos inspira o desejo de entrar no 'mundo' da imagem. A partir de seus estudos iconográficos, Warburg formulou dois conceitos fundamentais: o Pathosformel, em que a imagem é compreendida enquanto mobilizadora de sentidos, e a Nacheleben, ou seja, a capacidade de sobrevivência das imagens através dos tempos, ou sua vida póstuma. Aqui, as imagens da Barrinha serão organizadas a partir deste pensamento, de sua força representacional, propondo uma contínua dialética entre elas, ao pensá-las juntas.

No filme *Narradores de Javé* (2003), dirigido por Eliane Caffé, a Barrinha é cenário. A imagem, a princípio, é apenas uma paisagem, descolada de sentidos topofílicos ou históricos. Não é a ponte, a gruta, a coroa e a barraca de Neide, é apenas um porto, lugar onde acontece a guinada da história. A imagem pouco significa. A trama do filme, por outro lado, é construída pela teimosia de um povoado que não quer ser esquecido, a memória, então, é um dos principais pontos de que se ocupa.

Com uma certa distância do tempo, porém, olhando apenas para essa imagem, outros sentidos me impactam. O lugar, assim como o das imagens dos fevereiros passados criadas por mim, é de gente e de história. Essas imagens mobilizam sempre algum estado de revivência, e mesmo revisitada ou criada no presente, seu futuro é menos importante que o passado. Suas imagens são um lugar perene. A imagem criada por minha recordação se encontra com tantas outras reviradas em arquivos. Os olhares são distintos, o tempo de captura é diferente, o objeto em quadro varia, mas todas são matérias da memória.



Barrinha, 2015. Acervo familiar da autora.



Filme Narradores de Javé, 2003. Dir: Eliane Caffé.

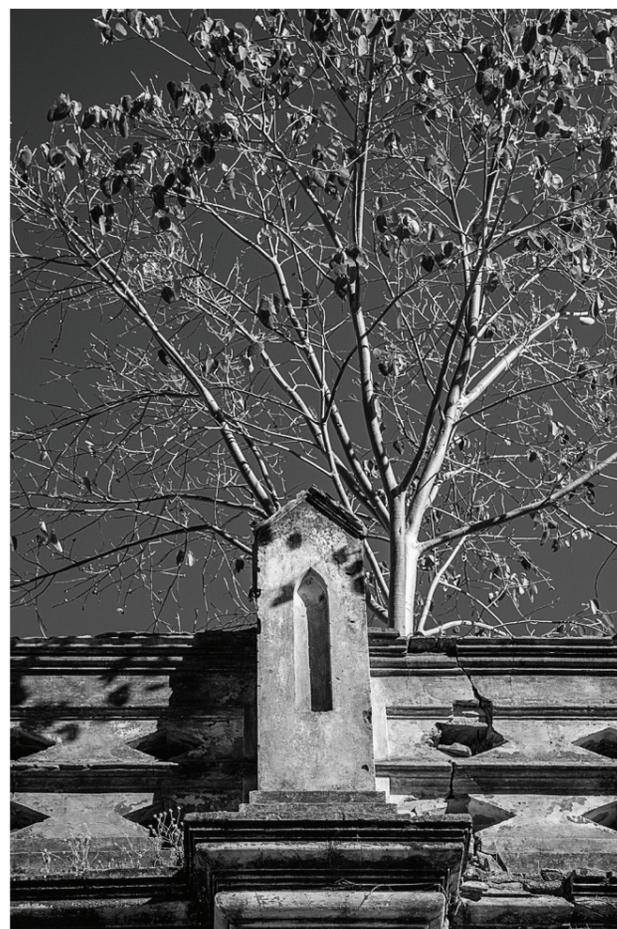
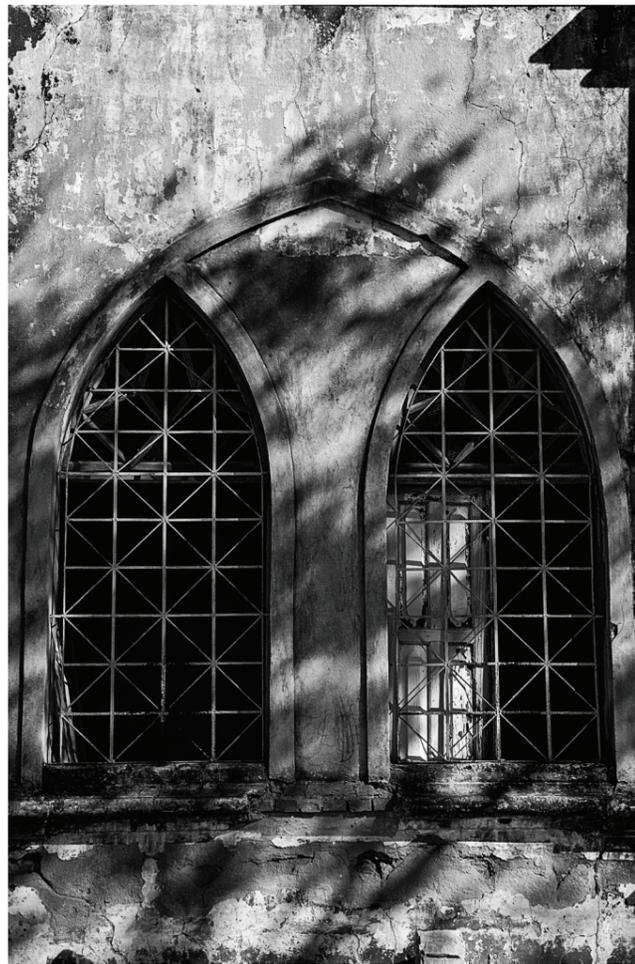
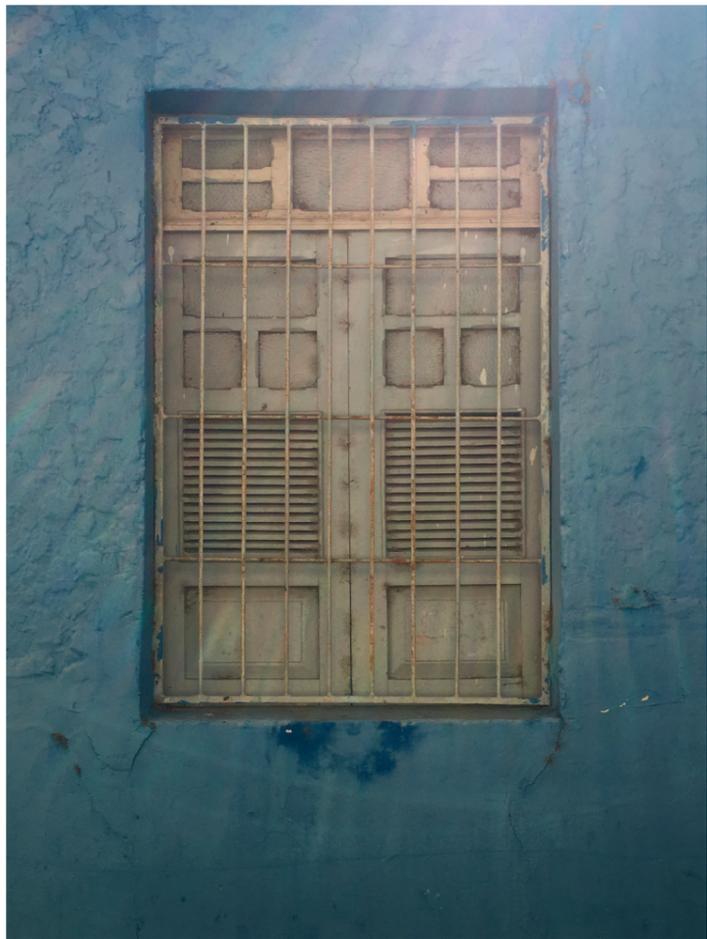
À primeira vista, de uma memória que nasce dentro de mim, dentro de cada um, e que se relaciona com algo que queremos recordar e, de certa forma, expor. Mas também está associado à memória coletiva, à memória de um lugar ou de uma cidade, delineando um percurso temporal. Segundo a pesquisadora Valéria Cristina Pereira da Silva (2004), em um artigo sobre imagem e memória urbana, é a partir do encontro entre paisagem e memória que “é possível fixar um olhar às imagens, procurar uma compreensão, uma dinamicidade e, não apenas restituir o cenário urbano, mas também as suas metáforas” (p.82). Imagens criadas com intuito do registro do agora, tornam-se portadoras da história de um lugar.

Em *Narradores de Javé*, novamente, um personagem diz que não se esquecem terras “apalavradas”. Penso em quantas imagens existem em uma palavra, em uma história, quantas imagens só começam a existir depois que se tornam passado, que sobrevivem, uma imagem de pós-vida,

Janelas

por Deo Araújo

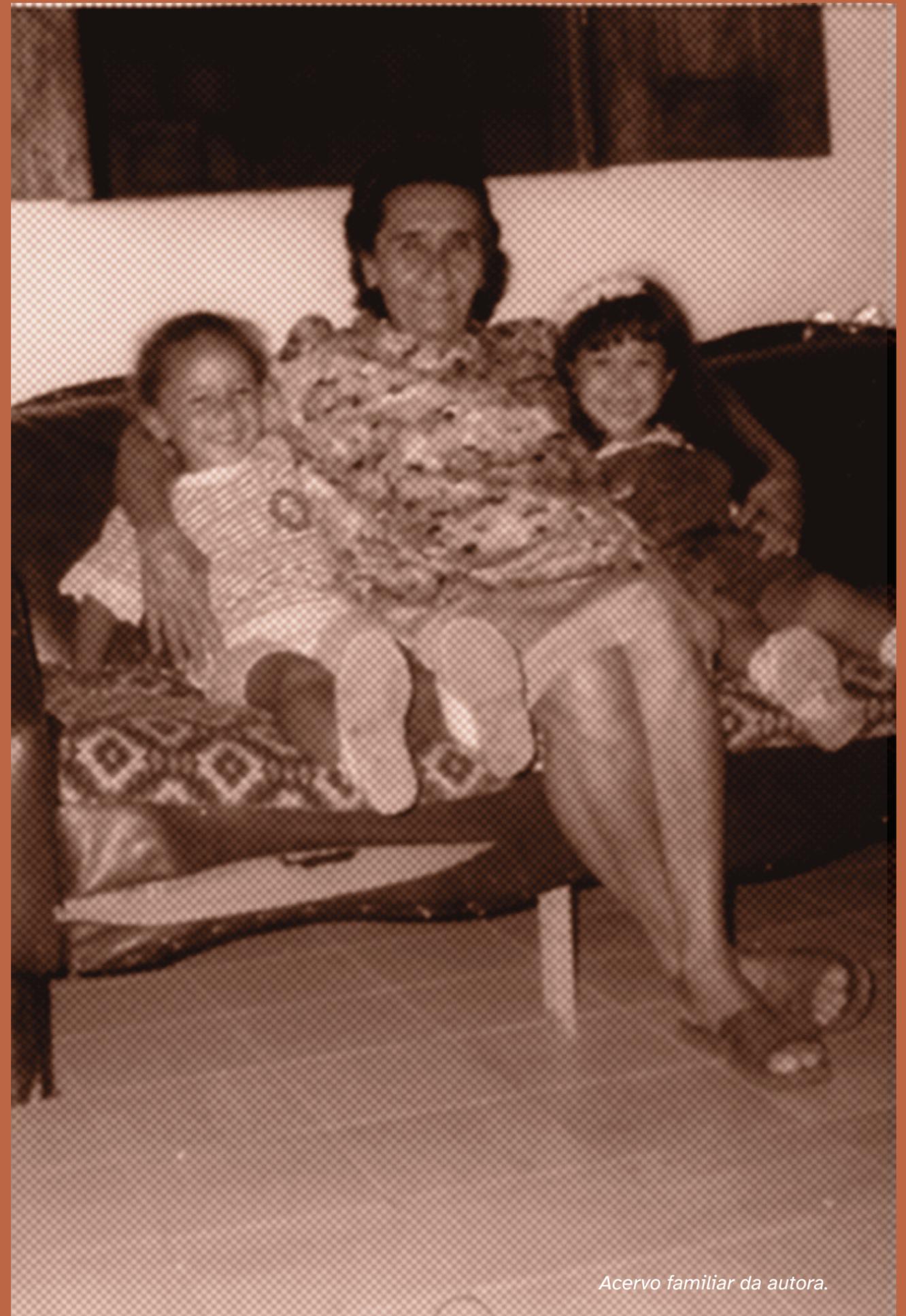




beira de cais

por Chris Mariani

visitei a casa de minha vó quatro anos após sua morte.
antes disso, apenas avistava sua rua de alguma das esquinas.
o muro alteou, tem reboco e tinta fresca.
a porta de grade avermelhada pela ferrugem, onde ela gostava de se apoiar e observar o movimento inexistente da vizinhança, foi trocada.
a última imagem que guardo sua é ali, lacrimejando minha saudade antecipada.
aquela casa só existe em minha memória,
lugar onde ela pode existir sem dor.
ser imagem que permanece perenemente,
mas que, repetidas vezes, escapole sem anunciar.
vejo as janelas cerradas que outrora escancaravam-se ao vento escasso.
as paredes alvas me fazem sentir pequenos pedaços de tempo que embranquecem e despeçam minha pele já pálida e senil.
a porta bate - como um fechar e abrir da matéria e do tempo.
choro precocemente pelo medo de esquecer,
num apego pouco reativo às estruturas que guardam algo,
nem que seja a ausência do que já tenha sido.



Acervo familiar da autora.



**Entender, reconhecer,
descobrir e valorizar:**
uma proposta de documentação
patrimonial para o antigo Abrigo dos
Pobres em Bom Jesus da Lapa

*por Alícia Santos de Oliveira
Purificação Ribeiro*

Falar sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico é indispensável quando se discute o desenvolvimento, as mudanças de dinâmicas e estéticas das cidades, para evitar a perda de aspectos e informações importantes sobre sua história e seu desenvolvimento, considerando que o patrimônio arquitetônico, além da estética, é capaz de contar sobre a identidade de uma comunidade.

Em Bom Jesus da Lapa, o edifício do primeiro Abrigo dos Pobres, cuja construção teve início ainda no final do século XIX e que acolheu romeiros e desabrigados desde 1938, tendo sido além de abrigo, gráfica e museu, encontra-se, há mais de 15 anos, sem cuidados e sem uso.

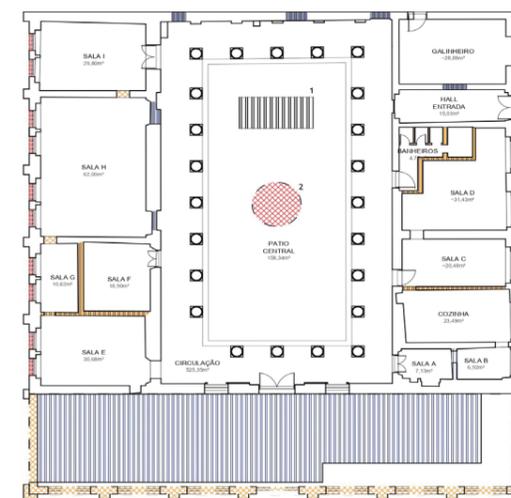
O edifício, quase todo construído em pedra e cal, tem relevância histórica para a cidade tanto por sua estrutura física quanto por suas características arquitetônicas, podendo ser considerado como patrimônio histórico e cultural.

A ausência de atenção dada ao edifício do Antigo Abrigo dos Pobres contribuirá para uma perda do patrimônio histórico e cultural da cidade, e, conseqüentemente, para a perda de parte da sua história, identidade e características arquitetônicas, tendo em vista o estado atual em que a edificação se apresenta.

Deste modo, por meio da documentação do patrimônio arquitetônico, desenvolvida e apresentada a seguir, pretende-se contribuir para o seu reconhecimento e valorização enquanto patrimônio histórico e cultural da cidade de Bom Jesus da Lapa.

Os materiais técnicos documentados foram: Planta cronológica de usos; Cadastro; Mapa de danos; Estado de conservação (todos referentes a março de 2022).

Pesquisa apresentada como trabalho de finalização de curso de Arquitetura e Urbanismo – IFBA, em agosto de 2022.



1 PLANTA BAIXA CRONOLÓGICA
ESCALA 1:100

Planta Cronológica

LEGENDA PLANTA CRONOLÓGICA

- DEMOLIDO NA DEC. DE 70
- DEMOLIDO APÓS ANOS 90 (CISTERNA)
- CONSTRUÍDO ENTRE ANOS 40 E 90 (PAREDES)
- CONSTRUÍDO ENTRE ANOS 40 E 90 (FECHAMENTO ABERTURAS DE PORTAS)
- ANEXO CONSTRUÍDO ENTRE ANOS 40 E 90
- CONSTRUÍDO DEPOIS DE 2006 (PLATAFORMA)
- GRADES NAS JANELAS (ENTRE ANOS 90 E 2006)
- RESTITUIÇÃO COM BASE EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS
- 1. ATERRO / FOSSO
- 2. CISTERNA ANTIGA



2 PLANTA BAIXA DE USOS
ESCALA 1:100

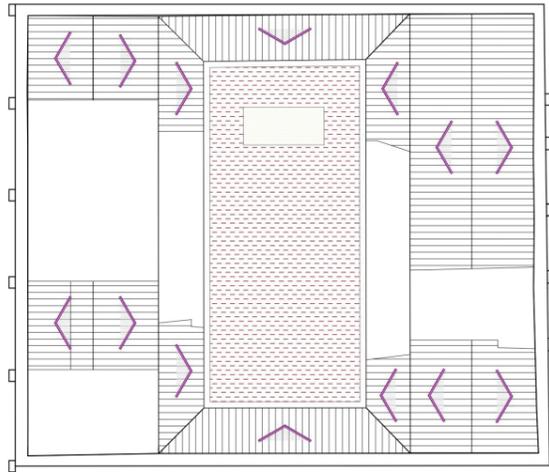
Planta de Usos

LEGENDA PLANTA DE USOS

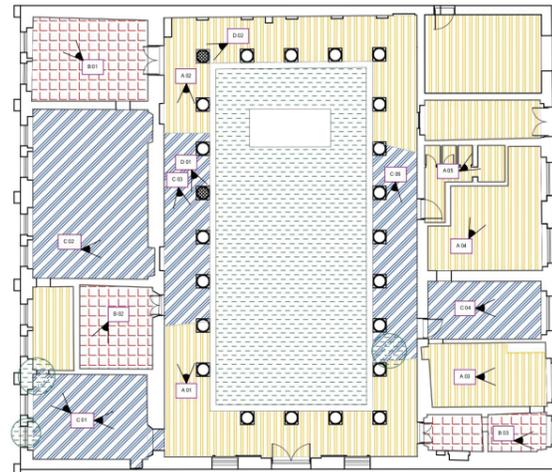
- USADO COMO GRÁFICA A PARTIR DE 1976
- USADO COMO MUSEU A PARTIR DE 1976
- USADO COMO CARPINTARIA A PARTIR DE 1976
- USADO COMO CAPELA ANTES DE 1970
- USADO COMO ENFERMARIA ENTRE 1938 A 1970
- RESTITUIÇÃO COM BASE EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS
- 1. ATERRO / FOSSO
- 2. CISTERNA ANTIGA

Ensaio

Entender, reconhecer, descobrir e valorizar



20 PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1/100



21 PLANTA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO
ESCALA 1/100



A01 A02 A03



A04

Estado de conservação



C01 C02 C03



B01 B02



D01



C04 C05 C06

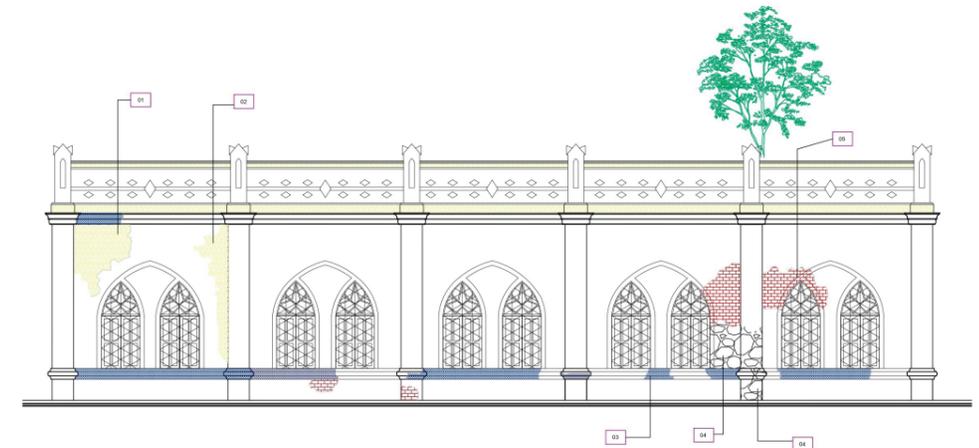


D02

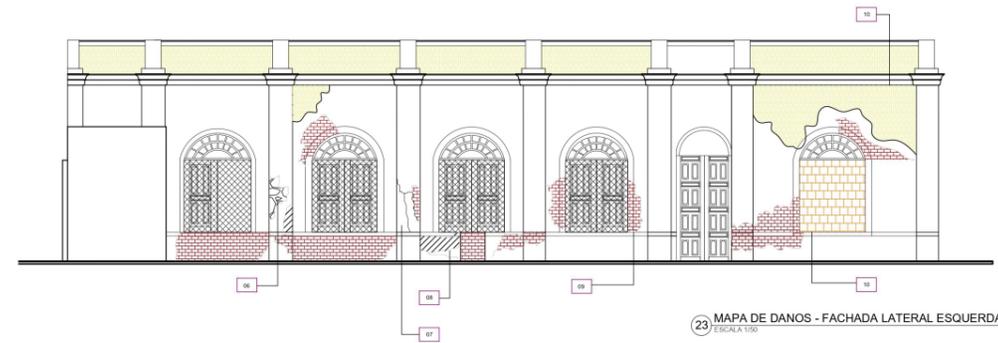
LEGENDA

COD. ESTADO DA COBERTURA NOS AMBIENTES

- A COBERTURA DANIFICADA
- B COBERTURA E FORRO DANIFICADOS
- C SEM COBERTURA
- D DETERIORADO E DESCARACTERIZADO
- F VEGETAÇÃO PARASITÓRIA
- DIREÇÃO DA FOTO



22 MAPA DE DANOS - FACHADA LATERAL ESQUERDA
ESCALA 1/50

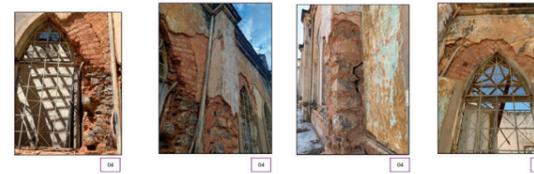


23 MAPA DE DANOS - FACHADA LATERAL ESQUERDA
ESCALA 1/50

Mapa de danos



01 02 03



04 05 06



07 08 09



10 11 12

COD. PATOLOGIAS

- 01 DESLOCAMENTO DA ARGAMASSA
- 02 RACHADURAS
- 03 PERDA DO ORNAMENTO
- 04 CROSTA NEGRA
- 05 VEGETAÇÃO PARASITÁRIA
- 06 DESCASCAMENTO DA PINTURA

Memória, Patrimônio Histórico de Bom Jesus da Lapa e Implicações na construção da identidade local: diálogos com estudantes do Ensino Médio

por Geângelo de Matos Rosa; Amanda Jardim S. Rezende; Paulo Henrique Costa Silva; Sara Mota da Silva; Isaque Alves Leão (IFBaiano/Campus Bom Jesus da Lapa)

INTRODUÇÃO

O presente relato almeja apresentar à comunidade os resultados do desenvolvimento de um Projeto de Extensão que buscou refletir sobre elementos da memória e do patrimônio histórico de Bom Jesus da Lapa-BA e sua implicação na construção da identidade local. A necessidade de trabalhar essa temática surgiu a partir de experiências anteriores de pesquisa em comunidades tradicionais no Território Velho Chico, por parte do proponente do projeto (Rosa, 2016).

Diversas pesquisas (Bahia, 2010) evidenciaram que esse território detém um rico acervo patrimonial (imaterial e material) traduzido em expressões culturais identitárias como a marujada, reisados, samba e cantigas de roda, danças afro como o Maculelê, tradições griôs, Festa do Divino Espírito Santo e a secular Romaria do Sr. Bom Jesus da Lapa.

O município de Bom Jesus da Lapa é nacionalmente conhecido por ter se transformado em espaço de peregrinação religiosa. Diante disso, ocorre uma intensa transição de histórias diversas, que circulam nos espaços internos do município. Essa situação, entre tantas outras, nos faz crer na necessidade de desenvolvermos ações que (res)guardem e divulguem a memória e história e a sua relação com a constituição da identidade lapense. Em virtude do destaque dado à Romaria como manifestação cultural que confere ao município o título de capital baiana da fé e seu recente reconhecimento como patrimônio imaterial da Bahia durante a sua 331ª edição, em 2022, elegeu-se tomá-la como ponto nuclear de reflexões sobre memórias locais, pertencimento identitário e patrimônio.

A ausência de políticas e/ou ações locais, principalmente nos espaços escolares, sobre o conhecimento e a valorização dos patrimônios, tem gerado situações que colocam em risco a permanência, gestão e distribuição de saberes atrelados ao Território Velho Chico. Em função desta constatação, surgiu a motivação para desenvolver o projeto “Memória, Patrimônio Histórico de Bom Jesus da Lapa e Implicações na construção da identidade local: Diálogos com estudantes do Ensino Médio” com o objetivo de proporcionar aos participantes do projeto momentos de reflexão sobre elementos da memória e do patrimônio histórico de Bom Jesus da Lapa e sua implicação na construção da identidade local.

Faz-se necessário saber que a execução deste projeto foi viabilizada a partir do apoio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão, por meio do Edital N° 80/2021, condição fundamental para o desenvolvimento de ações de extensão do IF Baiano nos diversos territórios baianos. Esse projeto foi realizado com estudantes de uma escola pública lapense, com início no primeiro semestre de 2022, logo que foram concluídas as formalidades do processo de seleção indicadas no edital supracitado.

DESENVOLVIMENTO

O presente projeto foi pensado e desenvolvido buscando viabilizar, em espaços escolares, incluindo o IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa, reflexões sobre o Patrimônio Cultural (material e imaterial) como forma de compreender a constituição das identidades individuais e coletivas que permeiam o Território Velho Chico e, de forma mais específica, o município de Bom Jesus da Lapa - BA.

Esta ação, que inicialmente havia sido planejada para ser desenvolvida em uma escola de ensino médio, em função de diversos fatores (calendário, disponibilidade de horário etc.), foi realizada na Escola Municipalizada Edivaldo Boaventura em Bom Jesus da Lapa. Participam deste projeto 34 estudantes do 9º ano do turno matutino. A proposta de intervenção na Escola se justifica pela necessidade de promoção de uma formação para educação patrimonial. Sendo assim, pensa-se os estudantes como sujeitos históricos pertencentes ao município que podem intensificar sua participação e de outros atores sociais na construção de inventários e acervos que resgatam saberes locais de maior notabilidade ou não, percebendo-os como agentes produtores de patrimônios

O projeto teve início em março de 2022, quando a primeira etapa se direcionou para a realização de um levantamento sobre informações relacionadas ao patrimônio histórico de Bom Jesus da Lapa através, por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica com a equipe executora do projeto. Nesse processo, foi possível pesquisar e refletir sobre conceitos e definições acerca dos termos basilares para o entendimento de patrimônio e seus desdobramentos, como também os elementos constitutivos da memória e sua relação com a formação das identidades dos sujeitos.

Em seguida, realizou-se a atividade de identificação de interlocutores, por meio da técnica “snow ball” (bola de neve), em que a própria comunidade assume o protagonismo no processo de indicação daqueles que são considerados referências enquanto detentores da memória local. Posteriormente, ocorreu a realização de entrevistas com interlocutores, utilizando roteiro semiestruturado combinado com a gravação de áudio e vídeo, com as devidas autorizações dos participantes.

As entrevistas semiestruturadas permitiram estabelecer interlocução com sujeitos cujas memórias ocupam um espaço “marginal” no entendimento da Romaria do Bom Jesus como uma dimensão de patrimônio imaterial. O registro fílmico das entrevistas foi realizado com intuito de apresentar visões da comunidade lapense acerca do significado do termo patrimônio e sua aplicação no contexto analisado. Após uma inicial provocação, os entrevistados (ambulante, comerciante, pescador e fotógrafo) foram instigados a perceberem-se, ou não, representados nas narrativas que destacam a Romaria como patrimônio imaterial da Bahia. Nesta etapa foram entrevistados três interlocutores indicados pela comunidade. A efetivação destas entrevistas se configurou como um momento de rara aprendizagem, permitindo a todos os envolvidos (bolsista, bolsistas voluntários e orientador) aproximarem-se de falas e vivências que extrapolam o conteúdo livresco, configurando-se como uma metodologia eficiente de acesso à sabedoria popular.

Após a realização dessa etapa e de posse das falas dos entrevistados, foi iniciada a etapa das atividades envolvendo os estudantes da Escola Municipalizada Edivaldo Boaventura. Essas atividades foram organizadas de forma a garantir a aproximação dos estudantes participantes à discussão sobre memória e patrimônio. Nesse sentido, este momento iniciou-se com a realização de uma visita guiada ao Museu do Santuário e a efetivação de dois encontros em que foram realizadas oficinas no espaço da Escola Boaventura. Essas oficinas versaram sobre “O que é Patrimônio Cultural e o que eu tenho a ver com isso?”.

Em um primeiro encontro, com a proposta inicial de aproximação à temática patrimonial, através da visita ao Museu do Santuário, os estudantes puderam não só conhecer o acervo museológico do espaço, mas

também refletir sobre como são construídas as narrativas museológicas ali em destaque e considerar como elas se entrelaçam ou não a suas próprias experiências de vida. Em um segundo momento, foi ofertada uma oficina em que conceitos introdutórios sobre patrimônio foram apresentados aos estudantes de maneira a desconstruir noções exclusivas e relacionadas ao patrimônio de “pedra e cal”, incitando-os a notarem-se como constantes (re)produtores de memórias e patrimônios. Posteriormente, os alunos foram convidados a elaborarem registros escritos sobre o que concebem como patrimônio e como se relacionam com ele.

Com esse trabalho extensionista, sensibilizamos os indivíduos sobre a importância do patrimônio histórico como lugar da memória e constitutivo da identidade individual e coletiva dos sujeitos, como também a relação desses elementos com a dimensão da emancipação humana.

Está prevista, como última etapa deste projeto, a socialização das experiências e aprendizagens vivenciadas durante as atividades realizadas nos diversos espaços, que acontecerá no IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa, contando com um evento de certificação dos estudantes do ensino fundamental participantes desta ação extensionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto “Memória, Patrimônio Histórico de Bom Jesus da Lapa e Implicações na construção da identidade local: Diálogos com estudantes do Ensino Médio”, no município de Bom Jesus da Lapa, permitiu, principalmente, que a discussão sobre memória e patrimônio cultural pudesse efetivamente ser realizada de forma a se constituir como elemento de compreensão das relações de poder por parte dos estudantes envolvidos no projeto.

Neste sentido, torna-se evidente a necessidade de ampliação de espaços para a efetivação de discussões em que sejam visibilizados os elementos e lugares de memória e saberes enquanto dimensões da compreensão das relações de poder e afirmação das identidades individuais e coletivas que coabitam no Território Velho Chico.

AGRADECIMENTOS

À Escola Municipalizada Edivaldo Boaventura
À Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano
Ao IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Cultura. **Catálogo de Culturas Populares e Identitárias da Bahia**. Salvador: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2010.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública** [online]. v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121497>. Acesso em: 04 set. 2022.

RECH, Aryana Lucia; PIOVEZANA, Leonel; BORTOLETO, Edivaldo José. Memória Imaterial: Arquivo Ilustrativo de histórias e tradições da cultura ítalo-brasileira, mediante a memória dos velhos. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 163-179, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328086218_MEMORIA_IMATERIAL_ARQUIVO_ILUSTRATIVO_DE_HISTORIAS_E_TRADICOES_DA_CULTURA_ITALO-BRASILEIRA_MEDIANTE_A_MEMORIA_DE_VELHOS. Acesso em: 04 set. 2022.

ROLIM, Eliana de Souza. Patrimônio Histórico, Memória, História e Construção de Saberes. In: **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 22 a 26 de julho de 2013, Natal-RN. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371265630_ARQUIVO_ArtigoXXVIISimposioNacionalversaofinal.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

ROSA, Geângelo de Matos. **Educação e Saberes Etnobotânicos na Comunidade Quilombola de Brasileira, Bom Jesus da Lapa - Bahia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2016.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. Fênix - **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 04 set. 2022.



Entrevistas

A Associação Atlética Banco da Praça e os usos comuns da cidade

com Gildon Lopes

por Carla Mariani e Bruno Fogaça

Gildon Lopes de Oliveira, 59 anos, natural de Bom Jesus da Lapa, funcionário público do SAAE, casado e pai de dois filhos, nos conta que, na infância, morou na Travessa Floriano Peixoto - no fundo do antigo Iga-center, onde hoje a loja Americanas - até os 13 anos. Depois, mudou-se para o bairro São Gotardo, onde reside até hoje. Sua aproximação com a turma do Banco da Praça começou por volta dos seus 15 anos, e foram as memórias desse tempo-espaço que conduziram a nossa conversa.

Como surgiu a ideia de criar a Associação Atlética Banco da Praça - AABP?

A associação, na verdade, era formada por um grupo de amigos que sempre se encontravam na praça. Naquela época, a cidade era pequena e todo mundo se conhecia. Tinha gente da rua da Avenida, da Rua Miguel Calmon, do bairro São Gotardo e vários da Floriano Peixoto.

Quando entrei no grupo, entre 1980 e 1981, já havia uma turma formada que ficava sentada no banco ao lado do posto de combustível que existia na praça antiga. Inclusive, a praça antiga tinha bancos bem bonitos, que não deveriam ter saído dali.

Com o tempo, o grupo foi mudando. Mudamos até de local, porque o proprietário do posto de combustível estava incomodado com aquele monte de garotos brincando ali. Então, nos mudamos para o lado oposto da praça, em frente à entrada da Rua Miguel Calmon. Ficamos ali. Quem estudava à tarde ou à noite frequentava de manhã, e vice-versa: quem estudava de manhã ia à tarde. Mas, à noite, a maioria se encontrava, e a gente ficava ali só no bate-papo, nas brincadeiras, falando de futebol, de música, essas coisas.

Naquela época, o principal atrativo da cidade era a praça e a diversão era rodar a praça sem parar. Havia grupos que começavam às 7 da noite e só paravam às 10 horas para ir embora. A turma do banco da praça ficava até mais tarde, éramos os últimos a sair, ficávamos até meia-noite, uma hora. E isso era todos os dias da semana, sem feriado para nós.



Acervo pessoal de Gildon Lopes



Acervo pessoal de Gildon Lopes

Puxando pela memória, como era a praça na época do Banco da Praça?

A praça era muito bonita. Não era muito conservada, porque sempre tivemos muita má sorte com os administradores. Mas a praça era muito bonita, muito arborizada, com muitos pés de amêndoas. Os pés de amêndoas gigantesco eram uma maravilha! Para nós, aquelas amêndoas eram um sucesso. Quando caía uma, todo mundo corria para pegar.

A praça tinha um bambuzal imenso, que era a coisa mais linda do mundo. Ficava mais ou menos no fundo da prefeitura, mas indo para o centro da praça, próximo ao coreto. A prefeitura também era um prédio bonito, né? Eu gosto de coisas antigas, e achava aquele prédio muito bonito. Acho que não era para ter derrubado aquilo. Fizesse outra praça, mas deixasse o prédio ali como um ponto de cultura, uma sala para cultura ou para museu.

Além do encontro na praça, vocês também organizavam outras atividades. Quais eram?

Naquela época, haviam campeonatos de futebol e futsal na quadra da CODEVASF, que era o point do esporte, e o nosso grupo sempre participava. Tinha também a coroa, que para nós era o máximo. Todo sábado e domingo: era coroa. Para nós, era como se fosse nossa praia. Nessa época de rio seco e baixo, que apresenta as coroas, não perdíamos um dia. Lá jogávamos nosso futebol. Também fizemos uma quadra de vôlei, conseguimos redes, estacas, construímos as bases de cimento para fazer o vôlei de praia.

Você lembrou do prédio da antiga prefeitura como um espaço importante para ser preservado. Há algum outro espaço da cidade que te traz saudade?

Tem um espaço que era usado como ponte para admirar o pôr do sol e como espaço para os namoricos da época: a Esplanada. Na década de 80, era um espaço legal. Todos os jovens da cidade ficavam naquele banco lateral que contorna a Esplanada toda. Alguns iam para o pé da torre. E ali os namorinhos rolavam.

Depois de um certo tempo, eles passaram a não permitir namoro lá. Chegou um certo ponto em que os guardas da igreja separavam os casais se estivessem se beijando. Acho que com isso foi acabando o interesse da juventude de ocupar aquele espaço. Não sei se foi também porque a juventude mudou, mas o interesse de estar lá todas as tardes foi perdido. E era toda tarde mesmo, com muita gente, muitos jovens. Alguns até levavam livros para trocar entre si.

E o futuro? Como você imagina a praça daqui para frente? Como seria a praça ideal para você?

Para mim, do jeito que está hoje, eu não gosto. Não gostei dessa reforma, preferia com mais árvores do que concreto. Hoje, temos mais concreto do que árvore. Espero que, no futuro, as plantas que foram plantadas superem a quantidade de concreto. Espero que não cortem quando estiverem adultas. Um jardim sem verde não existe. Você vai ali agora e não consegue ficar porque é só sol, não tem uma árvore, não tem uma sombra. Antes, na nossa época, era muita sombra, muita sombra mesmo. O clima nosso é terrível para viver em um lugar sem árvores.



Acervo pessoal de Gildon Lopes

“Se você não fez, você não vai desmanchar”:

das chegadas às ameaças de sumiço

com Maria Pereira de Araújo

por Carla Mariani e Édvin Marlei

Avenida Monsenhor Turíbio Villanova - ou simplesmente a Rua da Avenida. É 31 de agosto de 2024, o aniversário de 101 anos da cidade. Dona Maria abre as portas da casa onde vive há quase seis décadas. Não é apenas uma casa que se abre, um fio de memórias é desatado, nos conduzindo aos entrelaces das histórias da rua, dos vizinhos, da cidade e da sua própria família.

Nossa gentil anfitriã é Maria Pereira - Maria de Doquinha -, natural da Barra, de onde se despediu aos 11 anos de idade para refazer a vida nas terras do Bom Jesus da Lapa. Conta que quando chegou aqui, naquela beira do rio, ainda não havia as casas da Nova Brasília e lembra-se bem de um pé de Jenipapo no meio da rua. De início, até estranhou aquela igreja só de pedra, muito diferente da igreja de São Francisco à qual estava habituada. Mas, depois, foi “crescendo, amadurecendo e valorizando a natureza. Entendendo que ali era uma obra da natureza”. Percebeu que o Bom Jesus lhe quis aqui, lhe aceitou e aqui ela fez a sua história.

Se casou, teve 6 filhos. Fez-se professora. Trabalhou com dedicação na primeira creche da cidade - a Creche Santa Luzia - que ficava onde hoje é um posto de gasolina, depois do Cruzeiro. Encruzilhada onde antes já “foi uma casa de candomblé de um senhor de Salvador chamado Chico Preto”, nos conta. Dona Maria tem um jeito muito bonito de descrever os espaços da sua memória, ela nos conta sobre os lugares a partir da história das pessoas, pois elas são a parte principal da cidade.

O centro da Lapa foi o principal cenário para as suas moradas. Ao longo da vida, ela passou pela Rua do Hotel, pela Rua Pé do Morro e as coincidências da vida fizeram que ela firmasse raízes na rua que recebe o nome do padre que a crismou. Dona Maria testemunhou esta rua renascer diante de seus olhos depois de um longo abandono. “Não tinha nada”, lembra. “Romeiro não passava. Padre não passava. Ninguém subia o morro por esse lado.” Quando se casou e foi morar na Rua do Pé do Morro, suas filhas nunca passavam por aqui para ir à escola. “Era o Lixão da cidade, quem tomava conta eram os urubus” diz, com a precisão de quem viveu a história no detalhe. Parecia nem fazer parte da cidade, “onde não tinha lixo, havia os quebradores de brita” e a última via pública era a Rua Pé do Morro, que por isso recebeu esse nome.

A situação mudou no mandato do prefeito Tonho de Souza Cordeiro (entre 1955 e 1958), que doou pedacinhos de terra ao redor do morro para as pessoas fazerem suas barraquinhas e não ficarem em situação de rua. Com o decorrer do tempo, outras pessoas compraram os barracos, construindo casinhas pequenas e “foi melhorando, como eu melhorei a minha”, relembra Dona Maria, com a voz orgulhosa do que conquistou. “Comecei a morar nessa casa como inquilina, pagando aluguel ao Santuário, de 65 a 86, quando, finalmente, eu comprei”. Descobrimos que era comum, nessa época, a doação de casas ao Santuário, feita pelos fiéis do Apostolado da Oração ou do Coração de Jesus, como gesto de devoção e caridade

É mágico perceber como a casa de Dona Maria se confunde com ela própria. A casa guarda profunda conexão com seus corres, seus fazeres e seus afetos, pois, há em cada detalhe o significado do seu trabalho de vida. Como ela própria diz, “tudo foi de parcela, não foi de vez”, na medida em que avançava no trabalho, edificava também a sua casa: “Não era

desse estilo de hoje, era uma casa simples, com uma porta, uma janela, uma sala de entrada e um degrau que descia para o fundo, uma água só. E trabalhando, lidando com a correria do dia a dia, eu fui modificando”.

Essa relação entre casa, rua e memória traça singularidades nos processos de ocupação da cidade. É por isso que uma rua nunca é igual a outra. São as histórias de cada casa que compõem a memória coletiva da rua. “E assim como foi a minha história, foi a dos outros também”, afirma Dona Maria, reverenciando as trajetórias de vidas vizinhas à sua, também enraizadas por meio do trabalho e do morar.

Contudo, Dona Maria alerta que o que se construiu parece ameaçado pelo projeto Caminho da Fé, obra que pretende circundar o morro, visando atender interesses turísticos-religiosos. Desse modo, projetos de demolição rondam as ruas do entorno do morro, ignorando a ocupação social como parte da paisagem: “Agora vem um bonito – para não dizer outra coisa – querer botar tudo isso no chão”, desabafa, denunciando o desrespeito com a história viva que pulsa nesses espaços que têm o privilégio de ter o morro como o seu quintal. Quando questionada sobre o risco geológico de desabamento de rochas, Dona Maria é categórica em afirmar: “esse risco não existe, é só sugestão para convencer as pessoas a saírem daqui”. Como prova, nos leva até o seu quintal para mostrar uma pedra aparentemente solta que está no mesmo lugar desde quando ela começou a morar na casa. Com a intuição de quem conhece o chão que pisa, Dona Maria confia que “quem botou essa pedra, não botou para cair em cima de alguém. E se ela cair, não vai ter ninguém embaixo”.

Não raro, projetos urbanos que implicam em demolições das edificações consolidadas na paisagem da cidade, além do aspecto material, são responsáveis também pela espoliação dos sentidos imateriais construídos sobre os espaços. Não é só a perda da casa que está em jogo, são os laços cotidianos de afeto com a vizinhança que perigam ser rompidos. Dona Maria cita a festa de São João da rua como um festejo importante da experiência comunitária construída entre os vizinhos: “Eu mesma, daqui da minha porta, enfeito a do vizinho. E assim vai, para lá para cá, a rua toda bonita”. Sem esquecer da função de acolhimento aos romeiros exercida pela Rua da Avenida, de fácil orientação “é a rua onde os romeiros gostam de ficar, porque não tem como errar, nem para ir nem para voltar da igreja”.

Sabemos que a paisagem urbana não se congela no tempo, pois as cidades são organismos vivos em contínua transformação. Contudo os usos e sentidos coletivos que tais transformações operam na vida da cidade precisam ser refletidos pelo conjunto da sociedade. Dona Maria, conectada ao seu fio de memórias, não titubeia quando perguntamos sobre os espaços que mais lhe trazem saudade. A resposta vem rápida: a praça Manoel Novaes, hoje Praça da Fé. “Virou museu: só para olhar. A praça era nossa amizade, era de encontros, de conversa, de passeios. Todo mundo ia para a praça. Tinha o coreto, as festas eram lá”.

Dona Maria testemunhou inúmeras mudanças neste espaço tão central para a história da cidade. No entanto, essa última parece lhe ferir de forma mais profunda. Recorda que as versões da praça que abrigam sua memória “eram aconchegantes, mais simples. Era uma praça para a gente sentar, com banco, com sombra, com tudo. Não é praça para exibicionismo, porque hoje é isso”. A mudança, para ela, não é só estética, mas também de função social: “Não é uma praça, ali é um cenário morto”.

Dona Maria nos faz ver uma semelhança bonita entre as praças e as casas, mais que arquiteturas urbanas, são pedaços de nós que ficam, ou deveriam ficar, guardados. Dona Maria não guarda preocupações com o futuro, apenas confia que ele virá. E como quem faz uma reza ao tempo, se despede de nós dizendo: “Eu acho assim, esse mundo tem dono.”



arrudeio.

criações